

# Não à privatização da Vale do Rio Doce

Inesc

Ao contrário de outros monopólios que deixaram de ser estratégicos para a inserção do Brasil na economia mundial, a propriedade estatal sobre a Vale do Rio Doce é pré-requisito para que integração brasileira nos mercados internacionais ocorra em consonância com os interesses do país.

A empresa detém reservas estratégicas, em alguns casos, únicas no mundo, de importantes minérios pesquisados para o desenvolvimento de novos materiais e empregados pela indústria moderna que utiliza tecnologia de ponta. Também detém reservas de minérios tradicionalmente utilizados pela indústria mundial e de grande valor comercial.

A privatização da Vale do Rio Doce não possui uma razão econômica intrínseca, tendo em vista que se trata de uma estatal lucrativa. Suas conseqüências serão: a) a desnacionalização da Vale, já que não existem investidores brasileiros com capital suficiente para obter seu controle acionário; b) prejuízo para os cofres públicos – o preço estimado é absurdamente baixo, face suas potencialidades econômicas; c) a substituição do oligopólio estatal pelo oligopólio de mercado, que trabalha com uma lógica de maximização dos lucros, é incompatível com o bem-estar social.

Os objetivos da privatização residem em ceder às pressões de grandes empresas multinacionais do minério, todas elas concorrentes da Vale e interessadas em adquirir parte de suas ações, e sinalizar ao mercado internacional o compromisso brasileiro com a abertura de suas fronteiras comerciais. Este último objetivo vem sendo perseguido pelo Governo com



tanto afinco que o país vem quebrando monopólios e abrindo mercados sem a devida contrapartida de seus parceiros comerciais, com a intenção de atrair investimentos internacionais.

A imensa riqueza controlada pela Vale deve ser utilizada e revertida em favor da diminuição das desigualdades sociais e econômicas da sociedade brasileira, particularmente das regiões onde ela atua. Mas para que isso ocorra é necessário que a sociedade tome a iniciativa de abrir um debate sobre o efetivo controle social da empresa.

Infelizmente, a história da Vale do Rio Doce é a história dos megaprojetos com imenso impacto danoso ao meio ambiente e às populações locais. As denúncias de assassinatos de líderes camponeses que se opunham à ação da Vale não são poucas. A atuação da empresa é marcada também por acordos políticos com oligarquias locais e re-

gionais, que sustentam e reproduzem seu poder através da miséria das populações residentes nas regiões.

O controle social da Vale do Rio Doce é condição fundamental para que ela venha a servir os interesses do país, e não apenas de estritos setores tradicionalmente privilegiados pelo modelo de desenvolvimento seguido pela empresa. A Vale deve permanecer sob controle do país, mas para que ela seja efetivamente nossa, é necessário que a sociedade brasileira possa controlar as suas ações.

O Governo, antes de rifar a Vale, deveria ter aberto um debate honesto com a sociedade brasileira. Ainda há tempo. Esse debate deve ser exigido pela sociedade civil, se quiser construir um projeto de alternativa progressista e democrática de Estado, que incorpore a dimensão ética do exercício do poder

*A imensa riqueza controlada pela Vale deve ser utilizada e revertida em favor da diminuição das desigualdades sociais e econômicas da sociedade brasileira, particularmente das regiões onde ela atua*